

AUDIÊNCIA PÚBLICA

AVALIAÇÃO
DAS
METAS FISCAIS

3º QUADRIMESTRE DE 2020

1. DO RELATÓRIO

O Poder Executivo Municipal de Três Coroas, em cumprimento ao disposto no art. 9º, § 4º da Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF), em audiência pública junto à Câmara Municipal de Vereadores, **TORNA PÚBLICO** o Relatório e os Demonstrativos do cumprimento das Metas Fiscais relativas ao 3º Quadrimestre do exercício de 2020, conforme segue:

Cabe aqui ressaltar que os relatórios da LRF foram publicados no prazo estabelecido no site da Prefeitura e no Mural de Publicações Oficiais, localizado no Saguão do Andar Superior da Prefeitura.

2. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

2.1 PODER EXECUTIVO (EXCLUÍDO O REGIME DE PREVIDÊNCIA)

2.1.1 RECEITA

Considerando todas as fontes de recursos, a receita total realizada, até o quadrimestre, foi de R\$ 80.988.555,78, para uma previsão anual de R\$ 74.311.600,00.

Através do quadro abaixo, podemos visualizar a execução da Receita durante o exercício de 2020, excluída a receita do Regime de Previdência.

CATEGORIA	PREVISTO	REALIZADO	PERCENTUAL REALIZADO
RECEITAS CORRENTES	81.710.020,24	88.778.425,20	108,65%
Impostos, Taxas e Contribuição Melhoria	8.884.429,00	8.787.962,14	98,91%
Receita de Contribuições	2.050.000,00	2.294.995,02	111,95%
Receita Patrimonial	330.864,00	115.640,91	34,95%
Receita de Serviços	621.300,00	651.014,34	104,78%
Transferências Correntes	69.493.692,24	76.813.861,08	110,53%
Outras Receitas Correntes	329.735,00	114.951,71	34,86%
RECEITAS DE CAPITAL	1.134.819,76	380.603,90	33,54%
Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00%
Alienação de Bens	100.000,00	85.250,00	85,25%
Amortização de Empréstimos	19.930,00	28.034,24	140,66%
Transferências de Capital	1.001.904,76	263.809,53	26,33%
Outras receitas de capital	12.985,00	3.510,13	27,03%
TOTAL	82.844.840,00	89.159.029,10	107,62%
(-) Dedução para o FUNDEB	7.721.240,00	7.370.014,94	95,45%
(-) Outras Deduções da Receita	812.000,00	800.458,38	98,58%
TOTAL	74.311.600,00	80.988.555,78	108,99%

2.1.2 DESPESA

A despesa realizada, não considerando o Poder Legislativo e o Regime de Previdência, totalizou, no exercício, a importância de R\$ 74.571.204,31, que corresponde a 85,51% da dotação atualizada.

Destaca-se que a parcela mais significativa destas despesas é financiada com recursos próprios, do Tesouro Municipal, representando ações de caráter continuado e permanente da atividade governamental.

Além destas, temos as despesas financiadas através de recursos vinculados, cuja execução está condicionada à realização dessas receitas. Como exemplos, podemos citar os convênios.

CATEGORIA	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESA LIQUIDADADA	% SOBRE TOTAL LIQUIDADADA
DESPESAS CORRENTES	61.043.948,80	72.069.298,68	65.896.725,94	88,37%
Pessoal e Encargos Sociais	34.983.288,00	39.369.710,19	37.363.475,97	50,10%
Juros e Encargos da Dívida	65.000,00	23.900,00	16.751,94	0,02%
Outras Despesas Correntes	25.995.660,80	32.675.688,49	28.516.498,03	38,24%
DESPESAS DE CAPITAL	8.870.650,29	15.233.926,02	8.674.478,37	11,63%
Investimentos	8.283.650,29	14.646.926,02	8.088.367,59	10,85%
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00%
Amortização de Dívida	587.000,00	587.000,00	586.110,78	0,79%
Res. Contingência	890.000,00	0,00	0,00	0,00%
TOTAL	70.804.599,09	87.303.224,70	74.571.204,31	100,00%

2.1.3 RESULTADO ORÇAMENTÁRIO DO PODER EXECUTIVO

Confrontando a receita realizada no exercício, que totalizou R\$ 80.988.555,78 com a despesa liquidada, R\$ 74.571.204,31, temos um superávit orçamentário de R\$ 6.417.351,47.

2.1.4 SUPERÁVIT FINANCEIRO DO PODER EXECUTIVO

O superávit financeiro é obtido através do cálculo da disponibilidade financeira apurada no final do exercício menos os valores empenhados, sejam eles processados ou não processados. O valor do superávit financeiro pode ser utilizado como fonte para a abertura de créditos adicionais no exercício seguinte.

O quadro abaixo demonstra o superávit financeiro no exercício de 2020.

	DISPONIBILIDADE FINANCEIRA	VALORES EMPENHADOS	SUPERÁVIT FINANCEIRO
RECURSO LIVRE	4.702.117,67	1.584.837,49	3.117.280,18
RECURSOS VINCULADOS	8.275.177,19	1.969.144,84	6.306.032,35

2.2 PODER LEGISLATIVO

2.2.1 DESPESA

A despesa realizada pelo Poder Legislativo totalizou, no período, a importância de R\$ 715.615,82, que corresponde a 24,58% da dotação atualizada.

O quadro abaixo demonstra a execução da despesa:

CATEGORIA	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESA LIQUIDADADA	% SOBRE TOTAL LIQUIDADADA
DESPESAS CORRENTES	1.681.000,91	1.681.000,91	689.131,63	96,30%
Pessoal e Encargos Sociais	1.087.500,91	1.087.500,91	605.284,27	84,58%
Outras Despesas Correntes	593.500,00	593.500,00	83.847,36	11,72%
DESPESAS DE CAPITAL	1.826.000,00	1.229.786,38	26.484,19	3,70%
Investimentos	1.826.000,00	1.229.786,38	26.484,19	3,70%
TOTAL	3.507.000,91	2.910.787,29	715.615,82	100,00%

2.2.2 LIMITE DE GASTOS TOTAIS

Os limites de gastos totais do Poder Legislativo estão fixados no artigo 29-A da Constituição Federal e no artigo 59 da LC 101/2000.

De acordo com a Constituição Federal, a despesa total da Câmara Municipal de Três Coroas poderia ser até 7% da Receita Efetivamente Realizada no Exercício Anterior, que totalizou R\$ 43.308.186,32. Ou seja, o limite máximo, até o mês de dezembro, seria R\$ 3.507.000,91.

Comparando com a despesa liquidada, houve uma economia de R\$ 2.791.385,09 em favor dos cofres municipais, ou seja, uma economia de 79,59% do limite máximo.

2.3 REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS

2.3.1 RECEITA

A receita total realizada, no exercício, foi de R\$ 11.565.713,38, para uma previsão de R\$ 13.338.400,00. Ou seja, a receita realizada, até o quadrimestre, corresponde a 86,71% da previsão inicial.

CATEGORIA	PREVISTO	REALIZADO	PERCENTUAL REALIZADO
RECEITAS CORRENTES	8.868.900,00	4.875.078,57	54,97%
Receita de Contribuições	2.715.200,00	3.113.082,02	114,65%
Receita Patrimonial	5.883.800,00	1.407.404,45	23,92%
Outras Receitas Correntes	269.900,00	354.592,10	131,38%
RECEITAS CORRENTES INTRAORÇAMENTÁRIAS	4.469.500,00	6.690.634,81	149,70%
Contribuições Sociais	3.257.400,00	4.087.487,87	125,48%
Outras Receitas Correntes	1.212.100,00	2.603.146,94	214,76%
TOTAL	13.338.400,00	11.565.713,38	86,71%

2.3.2 DESPESA

A despesa realizada pelo Regime de Previdência totalizou, no período, a importância de R\$ 6.672.615,38, que corresponde a 50,03% de sua dotação atualizada.

O quadro abaixo demonstra a execução da despesa:

CATEGORIA	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESA LIQUIDADADA	% SOBRE TOTAL LIQUIDADADA
DESPESAS CORRENTES	6.615.000,00	6.815.000,00	6.672.615,38	100,00%
Pessoal e Encargos Sociais	6.450.000,00	6.650.000,00	6.632.615,05	99,40%
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00%
Outras Despesas Correntes	165.000,00	165.000,00	40.000,33	0,60%
Res. RPPS + Res. Contingência	6.723.400,00	6.523.400,00	0,00	0,00%
TOTAL	13.338.400,00	13.338.400,00	6.672.615,38	100,00%

2.3.3 RESULTADO ORÇAMENTÁRIO DO REGIME DE PREVIDÊNCIA

Do confronto entre receita e despesa do Regime de Previdência verifica-se um superávit de R\$ 4.893.098,00.

2.3.4 DO PATRIMÔNIO DO RPPS e QUANTIDADE DE SEGURADOS

31/12/2019	31/12/2020	CRESCIMENTO	VARIAÇÃO %
70.239.655,53	75.091.138,91	4.851.483,38	6,91

Em 31/12/2020 eram 839 segurados, assim classificados: 647 servidores ativos, 153 aposentados e 39 pensionistas.

3 DO ATENDIMENTO AOS LIMITES FIXADOS

3.1 DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL)

Entende-se por Receita Corrente Líquida o somatório das receitas tributárias, receitas de contribuições, receitas patrimoniais, receitas de serviços, transferências correntes e outras receitas também correntes, efetuadas as deduções previstas na legislação.

A Receita Corrente Líquida é apurada somando-se as receitas arrecadadas no mês em referência e nos onze meses anteriores.

A Receita Corrente Líquida serve de base para o cálculo para os limites estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal, apresentados através do relatório de Gestão Fiscal.

O valor da RCL apurado no mês de DEZEMBRO/2020 é de R\$ 82.029.228,37.

3.2 LIMITE DA DESPESA COM PESSOAL DO PODER EXECUTIVO

Os gastos com pessoal, do Poder Executivo, nos últimos 12 meses, totalizaram R\$ 35.943.734,08, valor este que corresponde a 43,82% da Receita Corrente Líquida.

Desta forma, constata-se que o Município está respeitou tanto os limites previstos em Lei:

- Limite Máximo: 54%
- Limite Prudencial: 51,3%



3.3 LIMITE DA DESPESA COM PESSOAL DO PODER LEGISLATIVO

Os gastos com pessoal, do Poder Legislativo, nos últimos 12 meses, totalizaram R\$ 605.284,27, valor este que corresponde a 0,74% da Receita Corrente Líquida.

Desta forma, constata-se o cumprimento do limite fixado em Lei.

3.4 LIMITE DA DÍVIDA CONSOLIDADA - LIMITE DE ENDIVIDAMENTO -

No que se refere ao cumprimento dos limites, a Resolução do Senado Federal nº 40/2001, em seu art. 3º, inciso II, nos termos da Lei Complementar 101/2000, estabelece que o montante da Dívida Consolidada não deve ultrapassar a 120% da Receita Corrente Líquida.

O valor inscrito na Dívida Consolidada é R\$ 58.242,87, que corresponde a 0,07% da Receita Corrente Líquida.

3.5 LIMITE DE COMPROMETIMENTO COM AMORTIZAÇÃO, JUROS E ENCARGOS

As despesas com amortização, juros e encargos da Dívida totalizaram R\$ 602.862,72 que correspondem a 1,67% da RCL.

O limite estabelecido no art. 7, § II da Resolução nº 43/2001 do Senado Federal é de 11,50%.

3.6 LIMITE PARA OPERAÇÕES DE CRÉDITO

O Município não realizou operações de crédito no período.

O limite estabelecido no art. 7, § I da Resolução nº 43/2001 do Senado Federal é de 16% da Receita Corrente Líquida.

3.7 APLICAÇÃO EM SAÚDE E EDUCAÇÃO

No que diz respeito à saúde, o mínimo previsto é de 15% da receita proveniente de impostos e houve a aplicação de 22,42% durante o exercício. Já em educação o limite mínimo é de 25% da receita proveniente de impostos e foram aplicados 25,97%, no mesmo período.

	Valor	%
Receita proveniente de impostos	45.445.611,47	
Aplicação em Saúde	10.189.276,12	22,42
Aplicação em Educação	11.801.214,71	25,97

4 RECURSOS RECEBIDOS PARA ENFRENTAMENTO DO COVID-19

No quadro abaixo demonstramos os valores recebidos do Governo Federal, através do Ministério da Saúde, do Ministério do Desenvolvimento Social e do Ministério da Economia, destinados ao enfrentamento da Pandemia de Covid-19.

FONTE DE RECURSO		RECEITA	DESPESA PAGA
1164	AUXILIO FINANCEIRO AOS MUNICIPIOS MP 938/2020	1.454.330,53	1.423.723,21
1165	AUXILIO FINANCEIRO AOS MUNICIPIOS - LC 173/2020	3.259.481,50	3.236.719,82
1166	AUXILIO FINANCEIRO AOS MUNICIPIOS - SAUDE E ASSISTENCIA SOCIAL - LC 173/2020	407.908,17	404.116,97
1167	INCREMENTO TEMPORARIO DO BLOCO DA PROTECAO BASICA PARA ACOES DE COMBATE AO COVID-19	127.200,00	18.647,50
1168	INCREMENTO TEMPORARIO AO BLOCO DA PROTECAO SOCIAL ESPECIAL PARA ACOES DE COMBATE AO COVID-19	7.094,50	3.040,00
1169	APOIO AO SETOR CULTURAL LEI no 14.017/2020 - ALDIR BLANC	216.150,65	205.900,00
1170	ACOES DO COVID NO SUAS PARA EPI - PORTARIA 369	4.725,00	588,00
1171	ACOES DO COVID NO SUAS PARA ALIMENTOS - PORTARIA 369	62.100,00	60.249,62
1172	ACOES DO COVID NO SUAS PARA ACOLHIMENTO PORTARIA 369	50.400,00	50.224,33
1173	INCENTIVO FINANCEIRO CENTRO DE ATENDIMENTO COVID-19	240.000,00	93.648,47
4511	CUSTEIO - Outros programas financiados por transferencias fundo a fundo	1.141.283,52	828.292,68
TOTAL		6.970.673,87	6.325.150,60

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através do presente relatório demonstramos que os limites legais, previstos em Resoluções do Senado Federal, na Lei Complementar 101/2000 e na Constituição da República Federativa do Brasil, foram cumpridos pelo Município.

O Município também atendeu os prazos de publicações e entrega de prestações de contas aos órgãos fiscalizadores.

PREFEITO: ALCINDO DE AZEVEDO

SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA: PAULO A. PETRY

CONTADOR: JUARÊS LUÍS DA SILVA

Três Coroas, 25 de fevereiro de 2021.